

DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS E ATRIBUIÇÃO AO USO DO TERRITÓRIO DESENVOLVIDO PELOS AGRICULTORES NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO LAGO DO MÁXIMO, PARINTINS-AM.

Arenilton Monteiro Serrão¹
João Bosco dos Santos Brasil²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi fazer uma análise sobre o processo de uso e ocupação do território na atividade agrícola, focando nas dimensões socioambientais desenvolvidas pelos agricultores da comunidade Nossa Senhora do Rosário localizada no Projeto de Assentamento de Vila Amazônia, Parintins-AM. Para alcançar os objetivos proposto, a pesquisa tomou por base o método histórico- dialético através de uma abordagem socioambiental, desta forma, teremos base para interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que o método estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isolados dos contextos político, econômico, ambiental, cultural e social. Após os estudos de campo e informações secundárias, adotaram-se procedimentos metodológicos para um melhor resultado da pesquisa, onde foi feita a visita à comunidade e as unidades de produção e em seguida a aplicação de questionário semiestruturado em 40% dos agricultores (as) contendo perguntas de perfil socioeconômico, cultural, ambiental. Por meio de uma análise histórica foi possível verificar que a comunidade outrora pautada no trabalho coletivo de ajuda mútua (puxirum) vem perdendo espaço a inserção do modelo capitalista de produção (em especial no setor agrícola) e conseqüentemente passando por algumas mudanças em decorrência de programas governamentais (Ex: Programa Luz para Todos); no entanto, no que concernem as práticas socioambientais verificou um forte envolvimento da comunidade, em especial da escola no trabalho que desenvolve com os alunos na área de Educação ambiental e manejo e uso sustentável dos recursos naturais, onde vários trabalhos foram desenvolvidos, a começar pelo Projeto Pé-de-Pincha, onde houve a soltura de milhares de Quelônios; houve também o reflorestamento da comunidade e de algumas propriedades com espécies nativas, bem como alternativas para o aproveitamento de resíduos sólidos em artesanato e fantasias alegóricas juninas.

Palavras-chave: Escola. Educação Ambiental. Comunidades Tradicionais

¹ Acadêmico do Curso de Geografia- Universidade do Estado do Amazonas-arenilton2@gmail.com.

² Professor do curso de Geografia- Universidade do Estado do Amazonas- jbosco.brasil31@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como *locus* de estudo a Comunidade Nossa Senhora do Rosário localizada no Projeto de Assentamento de Vila Amazônia INCRA, município de Parintins-AM. Visto que os agricultores da comunidade em estudo ainda orientam suas atividades relacionadas a práticas e saberes tradicionais, como destaca Conceição (2009, p. 45), o modo de vida do agricultor tradicional ainda se constitui a um

Conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida *tradicional*, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi fazer uma análise sobre o processo de uso e ocupação do território na atividade agrícola, focando nas dimensões socioambientais desenvolvidas pelos alunos da escola e agricultores da comunidade Nossa Senhora do Rosário localizada no Projeto de Assentamento de Vila Amazônia, Parintins-AM. Quanto às técnicas de pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico e trabalhos de campo, com a realização de entrevistas aos agricultores (as), corpo docente da Escola Municipal São Sebastião, bem como a participação de reuniões comunitárias, festejos e promoção organizada pela comunidade.

Não se pretende aqui esgotar toda a análise acerca do modo de vida dos agricultores dessa comunidade, no entanto apontaremos alguns elementos constitutivos que compõem suas atividades e em especial as que compõem o comprometimento socioambiental da comunidade em geral.

Em um primeiro momento buscou-se descrever um pouco da questão referencial, abordando temas e autores que falam sobre **Comunidades e conhecimentos tradicionais da Amazônia**, entre outros aspectos relacionados à ocupação territorial das comunidades tradicionais amazônica;

Em um segundo momento, foi abordada a parte histórica da comunidade **Nossa Senhora do Rosário**, sua **organização social (ajuda mútua ou puxirum)**; apontando alguns elementos do modo de vida de seus moradores e os trabalhos voltados para **Educação ambiental** realizado pela escola em parceria com a comunidade.

E no terceiro momento, destacaram-se **As principais atividades econômicas realizadas pelos agricultores**, enfatizando **O manejo dos recursos naturais** e as atividades relacionadas ao uso do território.

Dessa forma, foi possível verificar que com o advento das técnicas e tecnologias modernas e da inserção do modelo capitalista na Amazônia, os agricultores ainda orientam suas atividades agrícolas pautados em saberes tradicionais, conciliando práticas que garantem ao mesmo tempo sustentabilidade ambiental e melhor gerenciamento do manejo e uso dos recursos naturais.

2. COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

Trabalhar o conceito de comunidade ou conhecimentos tradicionais na Amazônia ainda nos remete a alguns questionamentos, principalmente pelas várias correntes de pensamento que muitas vezes reproduzem de forma errônea, caracterizando tipologias que não são próprias do homem amazônico.

Com esses enfoques, Arruda (1999) faz a seguinte descrição a cerca de comunidades e povos tradicionais, onde o modelo de ocupação do território ainda está atribuído ao

uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (p.79-80).

Com esse modelo de ocupação territorial, podemos considerar ainda como aqueles que se utilizam dos recursos da natureza como meio de sobrevivência, contribuindo e aferindo novos significados ao meio ambiente, transmitindo valores, crenças e laços culturais de geração e geração.

No entanto, Diegues (2001), apresenta o conceito de comunidades tradicionais relacionadas a um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando a força de trabalho assalariado, onde:

Os produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas

(dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade." (p. 142).

Essas características são bastante apropriadas para se compreender os povos tradicionais amazônicos. Onde os conhecimentos sempre se valeram aos desafios impostos pelo meio, onde os mesmos criaram condições, adaptando aos diferentes ciclos naturais, impondo seu modo de vida sobre o meio natural.

Desse modo, atribui-se aos povos tradicionais um equilíbrio entre suas necessidades básicas e os recursos naturais, onde os mesmo secularmente se valeram sobre a biodiversidade do meio em que vivem.

Desenvolveram um amplo conhecimento a partir da vivência e da estrita relação com a natureza, com a qual se sentem integrados, sem considerá-la como um simples recurso natural a ser explorado economicamente. Inúmeros produtos medicinais e outros foram sempre produzidos por índios, caboclos, negros de quilombos e outras populações tradicionais, sem estes dessem conta da importância econômica dos mesmos; integravam-nos (e os integram) em suas vivências cotidianas como elementos vivos da cultura. E esses conhecimentos funcionam com eficácia para boa parte dos fins que se destinavam (LOUREIRO 2009, p. 151).

No entanto, novos trabalhos voltados para o reconhecimento dos povos e conhecimentos tradicionais na Amazônia, em especial do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) vem ganhando destaque entre o meio acadêmico-científico, pelo caráter político e social que o mesmo desenvolve.

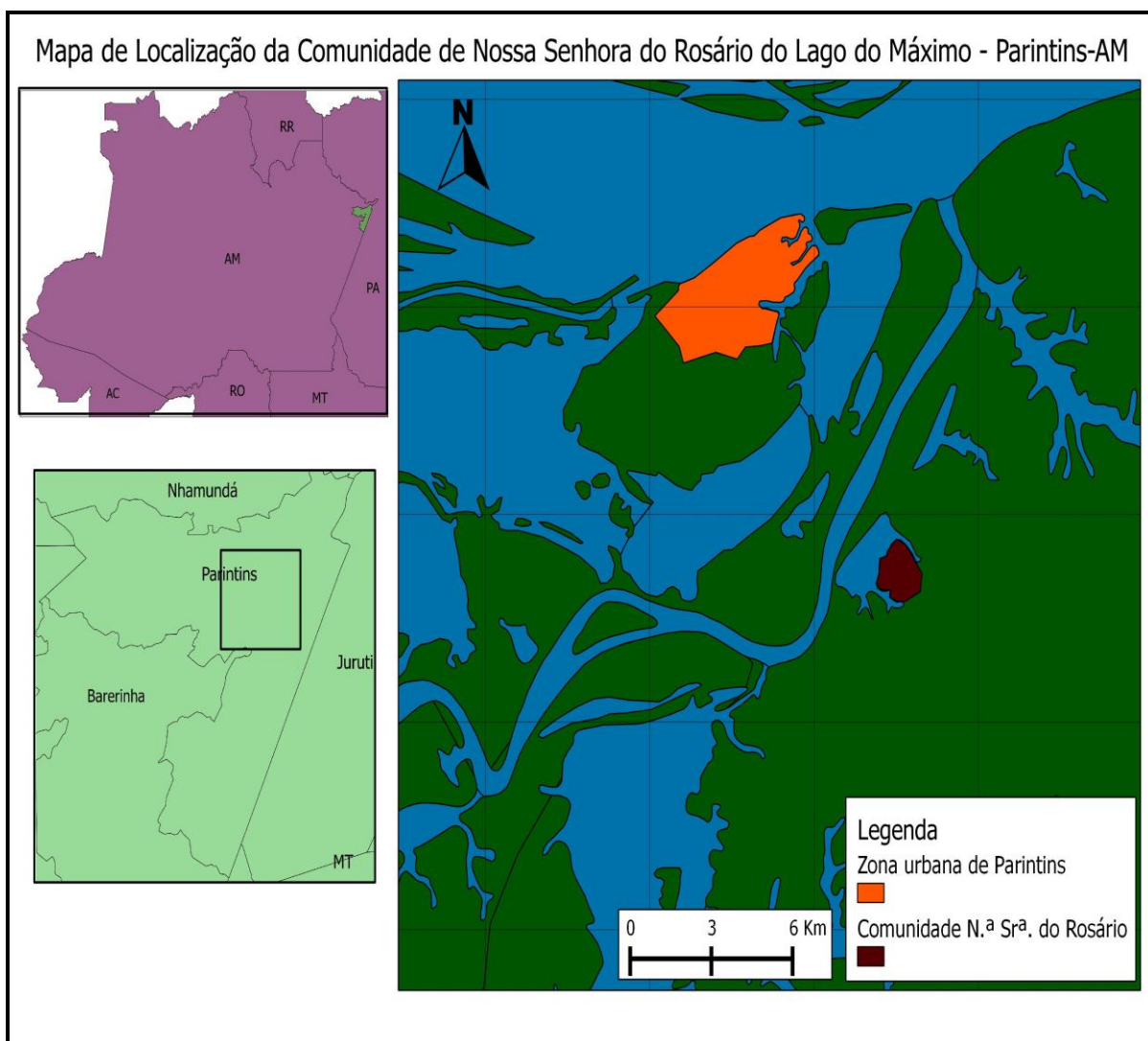
Onde Almeida (2008), dá uma nova concepção de comunidades e conhecimentos tradicionais na Amazônia, “fundamentada na sustentabilidade, e na adoção de estratégias de conservação e desenvolvimento, valorizando a floresta enquanto natureza viva, sendo resultado de uma relação cultural e histórica vivenciada pelos povos”.

Desse modo, a organização social tem proporcionado à propagação e a reprodução do grupo social, haja vista que, a técnica desenvolvida por esses povos tem auxiliado em sua adaptação sobre meio e influenciando diretamente seus modos de vida.

3. COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Ao se deslocar da cidade de Parintins, o modo mais fácil de se chegar à comunidade (mapa 01) é por via fluvial (aproximadamente 23 km), situada em área de terra firme, a comunidade é composta por cerca de 70 famílias. O acesso à mesma se dar por pequenas

embarcações (barcos, lanchas e rabetas³) e via terrestre, através de estrada que liga Vila Amazônia as demais comunidades.



Mapa 01: Localização da Comunidade Nossa Senhora do Rosário, Lago do Máximo- Parintins-Am.

Fonte: Base cartográfica Amazônia Legal IBAMA, 2010/ Quantum Gis (1.7.4).

Organização: Arenilton Monteiro/2013.

Há poucos registros quanto ao surgimento da comunidade, os dados aqui apresentados narram um pouco da história de seus primeiros moradores. Por meio de relatos de moradores mais antigo foi possível fazer esse resgate histórico da denominação e de seus primeiros moradores.

³ São pequenas embarcações com o eixo da hélice estendido na horizontal com uma pequena inclinação o que facilita o deslocamento até a comunidade na época em que o acesso fica comprometido devido o período de vazante dos rios.

Segundo os mesmos, a comunidade possui aproximadamente 100 anos de existência, embora os relatos ainda que confusos, sendo que em um ponto eles concordam quanto ao nome da referida localidade, a denominação “Lago do Máximo” foi adotado em referencia a um dos primeiros moradores, que teria chegado à região da Cabeceira⁴ do Mauá por volta do início do século XX.

O núcleo comunitário ainda não se constituía pelo fato de seus moradores ainda se encontrarem dispersos, e o termo comunidade passaram a ser usado bem mais tarde. Formada em sua maioria por moradores da própria localidade e por outras oriundas de outras regiões que migraram para este local, principalmente os de origens paraenses e nordestinas.

As primeiras famílias, segundo relatos de antigos moradores foram a de Francisco Eleutério, Maria Giroca, José Rodrigues. Acompanhado pelas primeiras famílias migrantes dos senhores Esmerindo Soares Barbosa (cearense), Antônia Ferreira de Matos (paraense), Manoel Oliveira e dona Zuleide, Maria Ramos e Davi Assis, Filomena Barbosa, Fulgêncio José Ramos e Balbina Figueira Ramos, Isabel Mourão e Raimundo Mourão, Antonio Assis, Raimunda Leal, entre outras famílias não destacadas, que iniciaram o processo de povoamento e posteriormente o surgimento da comunidade Nossa Senhora do Rosário do Lago do Máximo.

Fruto da organização social e da forte influência da igreja católica através da Prelazia de Parintins, na década de 60 foi formado o embrião do qual seria a comunidade atual, devido à organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). De acordo com Mariana Pantoja (2005) *apud* Silva (2009), que estudou as comunidades da região de Parintins, Silves, Maués e Itacoatiara, faz a seguinte análise sobre o surgimento das comunidades nessas devidas localidades.

Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da Igreja Católica. Na prelazia de Itacoatiara e de Parintins, no esforço de criação de comunidades, padres e irmãs viajavam para as localidades do interior para se reunir com os moradores e realizar cultos dominicais. Em muitas destas localidades, já existiam práticas coletivas como o festejo de santos, ‘brincadeiras de boi’, jogos de futebol e novenas. Algumas localidades, a partir dos estímulos missionários, chegaram a formar congregações [...] A idéia de formação de uma ‘comunidade’ e da necessidade dos ‘comunitários’ tomarem como a iniciativa de resolverem eles mesmos, através da sua ‘organização’, problemas como a falta de escolas e postos de saúde, foi sendo assumida por lideranças locais, muitas vezes líderes de grupos extensos de parentes (p.168).

Por aproximadamente 40 anos, a igreja, a escola e o campo de futebol estiveram localizada na fazenda São Sebastiao que tinha como padroeiro o próprio santo. A partir de

⁴ Área onde existem os olhos d’água que dão origem a um curso fluvial; é o oposto de foz. (GUERRA & GUERRA, 2011, p.97).

meados da década de 1980, houve a primeira doação pelo comunitário Francisco Leal, passando o terreno em nome da Diocese de Parintins e posteriormente a construção da primeira capela, embrião da atual sede comunitária, tendo como padroeira Nossa Senhora do Rosário. Porém, como a área era pequena, grande parte localizada em uma ribanceira, não havendo espaço para o campo de futebol que foi construído em outra localidade.

3.1 Organização social da comunidade (ajuda mútua ou puxirum)

A organização social das comunidades amazônicas vem passando por inúmeras mudanças, principalmente nas relações de trabalho, outrora pautadas na ajuda mútua (famoso puxirum⁵), onde as maiores conquistas e benefícios oferecidos pelas mesmas se resumem no trabalho coletivo comunitário. Onde segundo Matos (2013), “na agricultura a troca de dia ou o auxílio mútuo é cultural, fortalecendo as relações de interdependência”.

Pelos relatos dos antigos moradores da comunidade Nossa Senhora do Rosário, essa relação de cooperação permitia com que os mesmo avançassem sobre a “mata”, pois, união de todos os membros envolvidos fazia com que grandes áreas fossem trabalhadas em um período curto de tempo.

Isso se traduz no que Vaz (1996. p.148), expõe que:

As roças, que também seguem a tradição indígena da queimada, plantação e tempo de pousio, são preparadas pelo sistema de „puxirum“ ou „ajuri“ (mutirão), quando o dono do serviço (geralmente derrubada da mata e plantação) convida os outros amigos para trabalhar na sua roça. Depois ele irá trabalhar nos puxiruns“ das outras famílias para pagar a ajuda recebida. Assim, através da troca de dias de serviço os moradores passam por quase todas as roças. Nas comunidades maiores esse costume tende a ser alterado. Surge o trabalho assalariado, algumas famílias preferem trabalhar isoladas e outras continuam com o “puxirum”.

Onde o intercâmbio de visitas entre os comunitários era uma prática comum e as relações de compadrio constituíam prática rotineira entre os vizinhos. Na qual a vizinhança tinha forte laço de vinculação entre os seus membros, onde as pessoas se reuniam nos finais de tarde para jogarem baralho e dominó e a assistirem jogos de futebol.

Nota-se uma breve descrição dos modos de vida dos moradores da comunidade em estudo. No entanto, não queremos dizer que essas práticas acabaram ou deixaram de existir e sim fazer um panorama de como os mesmo organizavam suas atividades em décadas atrás,

⁵ São relações de ajuda mútua, apresenta-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos. Dão-se através de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar, a processos de contramobilidade ou resistência à expropriação, efetivada pelos agentes sociais capitalistas, representado nos lugares onde habitam os camponeses pelos diversos agentes de comercialização (NODA, *et al* 1997. p. 270).

onde a ajuda mútua ou puxiruns mobilizavam grande número de pessoas ao um bem comum, em especial no meio agrícola (plantar roça). No entanto, nota-se que esses trabalhos não se restringiam apenas a roça de mandioca, mais também em outras atividades comunitárias (limpeza do quadro, manutenção dos imóveis), bem como às questões ambientais socioambientais que os mesmos desenvolviam.

Desse modo, para entendermos como essas ações modificavam e atribuíam uso ao território, destacaremos nas palavras de Matos (1996), como o puxirum se configurava na plantação da roça de mandioca: “anfitriões, cozinheiras, cavadores, plantadoras, cortadores de maniva (caule da mandioca), distribuidores de maniva e de água (aguadeira), carregador de água”.

Não diferente do relato⁶ do agricultor E. M., (61 anos), onde o mesmo organizava suas atividades da seguinte forma:

Os adultos e os mais jovens era pra de abrir os manicujas (covas), porque é muito pesado né, porque não era trabalho para as crianças e nem para os mais véios; tinha também os que só cortava a maniva para serem plantada; para as mulheres ficava de plantar a roça e as crianças que distribuía as manivas na cova (pesquisa de campo, 2013).

Além dessas atribuições, as mulheres, em suas qualidades, tornavam segundo relatos, o trabalho mais divertido, amenizando o sentido da obrigatoriedade do plantio da roça, o estado de humor dos participantes – com risos, piadas, gargalhadas – amenizava ou suavizava o estado de esgotamento físico no termino do dia.

Como destaca Witkoski (2010), são essas “coisas simples que possibilitam a humanização das relações e resultam na reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural (vida, sempre em sua dimensão mais ampla)”.

O mais interessante era se o comunitário não tivesse condições de pagar as despesas ou da própria alimentação dos que dele participavam, os trabalhadores envolvidos levavam cada certa quantidade de mantimentos, que reunidos era suficiente para a alimentação de todo o grupo, como destacado pelo agricultor E. M., (61 anos):

Quando o compadre ou a cumadre fazia o puxirum deles, todos já sabia que tinha que levar alguma coisa pra ajudar nas despesas, por que era muita gente que ia né, ai um levava peixe, outro carne, galinha, pato, outros levava arroz, feijão, era uma coisa muito boa porque não sai muito pesado para o dono do trabalho, era divertido, animado (pesquisa de campo, 2013).

Isso mostra nas palavras de Noda (1997), que:

⁶ Usou apenas as siglas com os nomes dos entrevistados como forma de manter sua identidade.

[...] as relações de ajuda mútua, denominadas regionalmente de mutirão, ajuri ou puxirum, apresenta-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos. Dão-se através de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar, [...] A principal característica é o conhecimento dos processos de trabalho nos subsistemas agrícola e no extrativismo vegetal (madeira) e animal (caça e pesca), bem como o de trabalhos ligados à cultura regional, como a da farinhada, a manutenção das comunidades, a conservação do folclore e festas comunitárias religiosas ou esportivas (p. 270).

Essas abordagens privilegiam em especial os trabalhos agrícolas, no entanto, o sistema de puxirum também se fazia presente a outras atividades que a comunidade e a escola desenvolvem.

Atualmente, se a mesma dispõe de escola, escadaria (figura 01), centro social, estrada, campo de futebol, etc., se deu em consequência das lutas por melhorias e da relação de ajuda mútua entre os comunitários, principalmente pelo abandono e pela falta de políticas públicas voltadas às comunidades rurais do município de Parintins.



Figura 01: Comunidade Nossa Senhora do Rosário com destaque para escadaria.
FOTO: Arenilton Monteiro/2013.

A ausência do estado e as reivindicações faziam com que os mesmo se organizassem em torno de um bem comum, onde não só os adultos realizavam as atividades, mais também crianças e idosos.

Desde cedo, ou quando os benefícios proporcionados pelo governo não condicionavam a presença no banco da escola, o indivíduo, ainda criança, acompanhava seus pais ao puxirum – conhecido em outros lugares por ajuri ou mutirão. É o trabalho desenvolvido à base da ajuda mútua (MATOS, 2013, p. 16).

Visto que, na comunidade Nossa Senhora do Rosário, as práticas coletivas, como o puxirum, ainda permanecem. Entretanto, segundo os comunitários, essas atividades têm

diminuído ao longo do tempo, ficando restrito em especial ao plantio da roça de mandioca e a alguns trabalhos comunitários (festa da padroeira, pastorinha, festival dos boizinhos realizado pela escola em parceria com a comunidade, etc).

Essa suposta perda cultural diz respeito à eficaz inserção de práticas capitalistas no campo, o que é corroborado pela visão do autor Clóvis Caldeira (1956), no sentido de que “a renda agrícola passa a ser calculada em termos de dinheiro, enquanto o tradicional espírito de solidariedade entre vizinhos tende a desaparecer”.

4. ESCOLA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADE

Outrora apresentamos as principais características dos trabalhos comunitários, pautados principalmente na ajuda mútua e numa forte organização social dos membros envolvidos. Diante do exposto, destacaremos o papel da Escola Municipal São Sebastião e da comunidade (juntamente com seus comunitários, igreja, pastorais, etc) quanto aos trabalhos voltados para a Educação Ambiental, onde a mesma através de seus professores e corpo docente tem proporcionado aos alunos novas possibilidades e alternativas frente aos problemas ambientais tão frequentes em nossa sociedade.

A Escola Municipal São Sebastião oferece o ensino infantil, fundamental e EJA, atendendo uma clientela da própria da comunidade, bem como, alunos das comunidades vizinhas de Brasil Roça e Zé Mirí, vindos tanto por via fluvial (barcos e rabetas), como por via terrestre através do transporte escolar público (ônibus).

Se formos apenas observar a parte física da escola, poderíamos aferir que a mesma possui carência em termos de infraestrutura (figura 02). Onde as principais reclamações por parte dos professores e comunitários é justamente a carência de salas para o grande número de alunos, obrigando os professores a utilizarem de forma improvisada os espaços inadequados da cozinha comunitária, centro social e em barracões abertos.



Figura 02: Escola Municipal São Sebastião do Lago do Máximo.
FOTO: Arenilton Monteiro/2013.

Nessa perspectiva, o senhor R. M. S, (42 anos), apresenta o seguinte posicionamento quanto a essas questões:

Porque num é de hoje né que agente, a gente bate na mesma tecla, é sobre o colégio que nós tamos precisando pra nossos filhos, até mesmo pra gente que volta a estudar de novo. Porque que nossos filhos tá indo pra outra comunidade, porque aqui não tem, que se tivesse aqui geralmente nossos filhos num tavam indo. Um posto de saúde era pra ter também, só que não tem, mas em primeiro lugar é a escola pros nossos filhos (R. M. S, 42 anos, pesquisa de campo, 2013)⁷.

No entanto, se torna de referência quando o assunto é preservação dos recursos naturais (lago, algumas espécies de peixes e quelônios, reflorestamento de espécie nativa, entre outras ações desenvolvidas pela comunidade em parceria com a escola e com outras entidades governamentais).

Visto que:

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (JACOBI, 2003. p. 190).

Desse modo, o processo educativo se faz presente nas mais diferentes ações que a comunidade e a escola desenvolvem, com destaque e envolvimento em projetos sustentáveis, conciliando práticas recebidas aos saberes tradicionais.

⁷ Pesquisa de Campo PAIC/FAPEAM (BATALHA, 2013).

O Projeto Pé-de-Pincha, introduzido na comunidade por volta de 2006, em parceria com a escola, foi responsável pela devolução de milhares de filhotes de tracajá (*Podocnemis unifilis*) no Lago do Máximo. Sem deixar de citar também, o acordo de pesca firmado entre os moradores (desde 2002) em detrimento de algumas atividades predatórias praticadas por pescadores profissionais. Onde pelos relatos perceberam que tal ação tinha influenciado na diminuição de algumas variedades de peixes como o Pirarucu (*Arapaima gigas*), pois em anos anteriores, apesar de a comunidade está localizada em um ecossistema de terra firme, onde geralmente eram encontrados com fartura.

Como aferiu o pescador A. F., (50 anos):

Quando eu cheguei pra cá, tinha bastante peixe, pirarucu. Quando meu sogro era vivo, ele cansava de matar pirarucu, pegava tambaqui né, a gente via aquela fartura, hoje a gente num ver mais essa fartura de peixe né, aí os pessoal vão pescar, aí pegam só aqueles carazinhos, num tem mais aquela fartura de peixe como tinha. A pesca com arrastão acontece, mas até que os daqui num fazem, porque sabe que num pode, mas o problema é quem vem pra cá fazer isso, ninguém sabe né, porque é noite né, é a noite que eles fazem, de dia num vão fazer, a noite sim, como já aconteceu várias vezes aqui. O pessoal que vem de fora sabe da história do Máximo, pô lá no Máximo tem bem tal coisa, só que de dia eles num vão se manifestar, então eles venho a noite (A. F., 50 anos, pesquisa de campo, 2013).

Dessa forma, a percepção ambiental da ação predatória sobre este recurso tem confirmado o pensamento da autora Faggionato (2011), argumenta que o ato de perceber o ambiente e seus recursos, desperta no indivíduo uma tomada de consciência das problemáticas ligadas ao mesmo. Desse modo, o ato de percebê-lo pode influenciar diretamente na preocupação com a proteção e cuidado com o mesmo, dependendo da percepção de cada pessoa.

Porém é importante refletir que se a Educação Ambiental constitui um recurso para transformar a realidade, não significa que ela seja a única a ser responsabilizada pelas mudanças. Constitui-se condição necessária, porém não suficiente, a ela deve associar-se, entre outras *medias*, mudanças nos estilos de planejamento convergindo para um desenvolvimento comprometido com o meio (SANTOS, 2012. p. 166).

Desse modo, vários outros trabalhos com enfoques ambientais foram e continuam sendo desenvolvidos pela comunidade e pelos alunos da Escola Municipal São Sebastião, entre os quais já realizaram projetos de reflorestamento de 4 hectares na sede comunitária e de 10 hectares, nas propriedades de alguns moradores, com o plantio de espécies como: Andiroba (*Carapa guianensis* sp.), Cumaru (*Dipterix alata* sp.), *Tecca*, spp., Itaúba (*Menzilaurus itauba* sp.), Açaí (*Euterpe precatoria*), Bacaba (*Oenocarpus bacaba* sp.), Cupuaçu (*Teobroma grandiflorum* sp.), Manga (*Mangifera indica* sp.) e outras espécies frutíferas e silvestres, numa parceria da comunidade com a COOTEMPA, que nos anos 2006

e 2007, era responsável pela Assistência Técnica e Extensão Social e Ambiental, junto a comunidade, por intermédio de contrato com o INCRA, e que no presente momento não estão sendo executados na comunidade por falta de renovação de contrato de ATER (NOGUEIRA, 2009). A Embrapa a partir de 2009 instalou parcela permanente com o intuito de realizar pesquisa de ecologia e produção da espécie nativa como a andiroba e copaíba, desenvolvendo trabalhos de iniciação científica juntamente com os agricultores, como forma de melhor conhecer as espécies florestais, bem como trabalhos com enfoques agroecológicos.

Percebe-se desse modo, uma forte articulação entre a comunidade e a escola, parceria esta que se traduz em alternativas sustentáveis, onde a atenção da comunidade se volta para a escola, em especial para o trabalho de uso sustentável dos resíduos sólidos. Produtos que antes eram considerados lixo (em sua maioria queimada e enterrada), agora tem uma destinação mais apropriada, através da reciclagem. Os professores juntamente com a escola têm criado alternativas para um melhor aproveitamento dos resíduos, uma das soluções encontrada foi a confecção de utensílios, artesanato e a criação de roupas ou fantasias (figura 03) alegóricas usadas nos festejos juninos (pastorinhas e em especial na festa dos boizinhos) a partir de sacolas e garrafas plásticas, papel, etc., que anteriormente se encontravam jogadas pelo quadro da comunidade.



Figura 03: Elaboração de fantasias alegóricas a partir de matérias recicláveis pelos alunos da Escola Municipal São Sebastião.

FOTO: Dilson Nascimento/2012.

Ressaltando que as toadas do Boi Verdinho usadas no festival também se traduzem em preservação dos recursos hídricos, da fauna, da flora, dos costumes e principalmente dos traços culturais herdados dos indígenas, caboclos ribeirinhos e também de nordestinos que aí reside. Sem deixar de mencionamos o papel da igreja, através da catequese e grupos de jovens, que também trabalha questões relacionadas à educação ambiental e conservação do meio ambiente, onde esse processo não cabe apenas à escola, mas também a família.

5. PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Outrora foi explicitado o sistema de puxirum e da importância do mesmo para infraestrutura das Comunidades amazônicas, em especial para comunidade em estudo. Abordando entre outros aspectos a forma com que os agricultores organizavam suas atividades em detrimento das agrícolas que realizavam há décadas atrás, em especial ao cultivo da roça de mandioca. Porém, para entendermos numa atual configuração do território, teremos que conhecer um pouco do perfil atual desse agricultor familiar.

Através do questionário aplicado em 40% dos agricultores, foi possível verificar que 90% são originários da própria localidade e outros 10% constituídos por moradores vindos de outras regiões, a exemplo do Estado do Pará e do Nordeste brasileiro. Verificou também que 10% das famílias ocupam a propriedade entre 5 a 10 anos; 20% entre 10 a 15 anos; 60% dos agricultores ocupam os lotes entre 15 a 20 anos e pouco mais de 10% detém a propriedade a mais de 20 anos.

Porém, vale ressaltar que esses números representam apenas as ocupações na qual possuem a posse do título da terra, ou seja, não significa dizer o local de moradia, o que caracteriza dizer que dos 40% dos agricultores entrevistado, apenas 20% dos residem nas propriedades regulamentadas pelo INCRA no início da década de 90 e o restante, 80% possuem residências na sede comunitária.

Dentro dessa estatística, apenas 20% já realizaram outras atividades desvinculadas do meio agrícola, entretanto 80% sempre foram agricultores ou ligados a atividades de subsistência como o extrativismo e a pesca.

Na propriedade moram pais, filhos e alguns agregados (tio, sobrinho). De que a predominância se dar por casais jovens. Das famílias entrevistadas poucos possuem filhos na propriedade familiar (que em geral se encontra afastada da sede da comunidade), o que faz

com que a maiorias tenham suas residências na sede da comunidade. A média de filhos por família é três, podendo variar de 1 (um) a 7 (sete).

Em relação à origem da renda familiar desses agricultores entrevistados, 52% procedem da produção agrícola; onde 44% originam de outras atividades (Bolsa Família, aposentadorias, funcionalismo público, trabalhos avulsos, etc), e apenas 4% vem da pesca, produção animal e do extrativismo, representando apenas como atividades de subsistência, como apresentado no (gráfico 01).

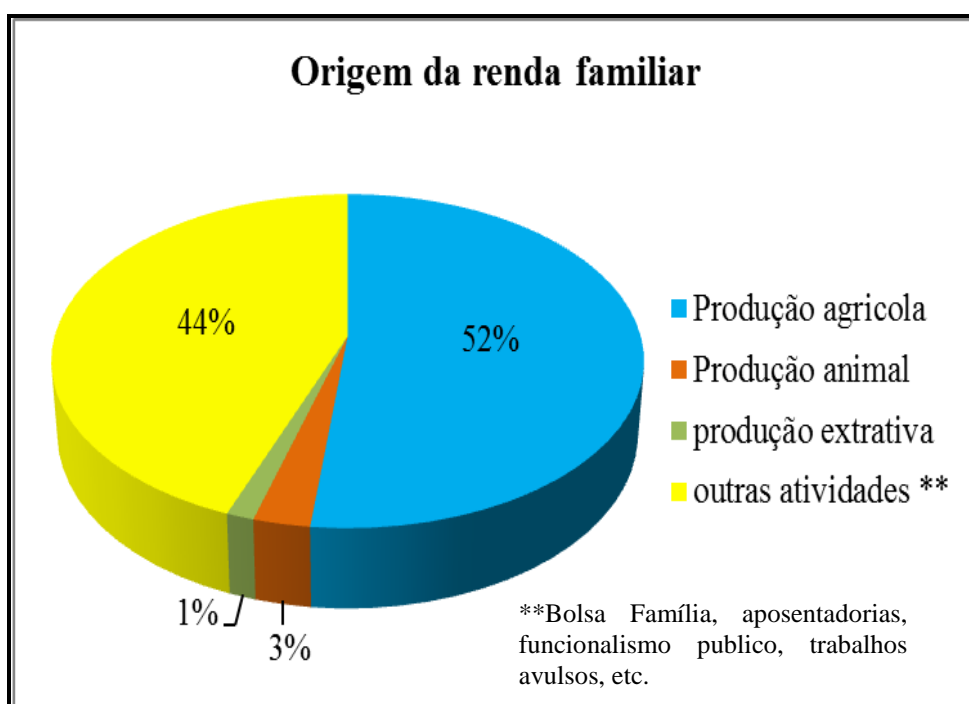


Gráfico 01: Origem da renda familiar dos agricultores familiares da comunidade Nossa Senhora Rosário, Lago do Máximo, Parintins-Am.
FONTE: Pesquisa de campo/2013.

Como observado por Castro (2006), em pesquisa sobre a renda familiar em comunidades do médio-baixo Amazonas, inferiu que “as mesmas combinam quatro principais atividades: a pesca, agricultura, criação de gado e trabalho assalariado/aposentadoria”. Onde cada atividade possui padrão distinto ao longo do ano, envolvendo os diferentes membros da família.

Outra característica observada durante a pesquisa é a prática comum entre as famílias de agricultores terem em suas residências uma “casa de farinha” (figura 04) no quintal, local onde existem alguns utensílios de uso manual, tais como: o motor para triturar a mandioca; o forno para preparar a farinha, a gareira (local geralmente feito de madeira em forma de caixa

utilizada para armazenar a massa da mandioca); o tipití (utensílio feito com fibras nativas que, no entanto, vem sendo gradativamente sendo substituída pela prensa), entre outros.

Desse modo, percebe-se ainda o trabalho familiar, onde os membros realizam diferentes atividades dentro da cadeia produtiva da produção da farinha de mandioca, havendo de alguma forma uma pequena divisão social do trabalho, divisão que não se restringem entre os membros, onde as tarefas são destinadas por idade ou afinidade a determinadas atividades.



Figura 04: Produção familiar da farinha de mandioca realizada pelos agricultores da Comunidade Nossa Senhora do Rosário, Lago do Máximo- Parintins-AM.
FOTO: Arenilton Monteiro/2013.

Com a combinação dessas atividades, os agricultores familiares além de garantirem renda, também garantem a sustentabilidade do local. Exemplo disso são os quintais (facilmente encontrados nas propriedades) e a extração dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), onde além da alimentação, também garantem uso medicinal.

Os quintais arborizados ganham destaque pela diversidade frutífera (tabela 01) e medicinal, além da importância às pequenas criações domésticas de galinhas, patos e porcos.

Onde a moradora T. J. S., fala da importância dos mesmos para a sustentabilidade local da comunidade.

As plantas em nosso terreiro é muito importante para nós, porque de lá tiramos frutas pra comer e quando dar muito vender na cidade, tem também as verdura que usamos para fazer

comida, servem também pros bichos se alimentarem de suas casca, bem como as crianças comerem seus frutos, tem também a sombra das árvores (Prática de campo, 2013).

ESPÉCIES DOS POMARES	Caju (<i>Anacardium occidentale</i>)
Abiu (<i>Pouteria caimito</i>)	Ingá (<i>Inga edulis</i> Mart..)
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i>)	Abacate (<i>Persea americana</i> Miller)
Acerola (<i>Malpighia glabra</i> L.)	Goiaba (<i>Psidium guajaba</i>)
Pimenta do reino (<i>Piper nigrum</i>)	Açaí (<i>Euterpe Oleracea</i>)
Cará (<i>Dioscorea alata</i>)	Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>)
Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>)	Manga (<i>Manguifera indica</i>)
Banana (<i>Musa spp.</i>)	Cacau (<i>Theobroma cacao</i>)
Melancia (<i>Citrulus vulgaris</i>)	Café (<i>coffea arabica</i>)
Jerimum (<i>Cucurbita maxima</i>)	Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i>)
Laranja (<i>Citrus sinensis</i>)	Pupunha (<i>Bactris gassipaes</i>)
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	Abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)
Feijão (<i>Vigna unguiculata</i>)	Maracujá (<i>Passiflora sp.</i>)
Coco (<i>Cocos nucifera</i>)	Taperebá (<i>Spondias lutea</i> L.)
Tucumã (<i>Astocarim aculeatum</i>)	Caju (<i>Anacardium occidentale</i> L)
Pimenta de cheiro (<i>capsium ssp.</i>)	Maxixe (<i>Cucumis anguria</i> L.)
Milho (<i>Zea mays</i> L)	Cebola (<i>Allium cepa</i> L.)
Jambo (<i>Eugenia jambos</i>)	Biribá (<i>Rollinia mucosa</i>)
Carambola (<i>Averrhoa carabola</i>)	Tangerina (<i>Citrus reticulata</i>)
Batata (<i>Solanum tuberosum</i>)	Mamão (<i>Carica papaya</i> L)
Lima (<i>Citrus aurantifolia</i> (Chrism.)	Araçá (<i>Eugenia stipitata</i>)
Jucá (<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart)	Graviola (<i>Annona muricata</i> L)
Limão (<i>Citrus limon</i> (Linn.) Burn)	Bacuri (<i>Platonia insignis</i> Mart)

Tabela 01: diversidades dos pomares familiares.
FONTE: Prática de Campo/2013.

Desse modo, os pomares vêm sendo destacada como determinante na sustentabilidade das comunidades tradicionais na Amazônia. Onde as práticas de uso sustentável têm fortes raízes culturais, baseadas em conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna, onde os saberes são produzidos de forma coletiva, com base em ampla troca de informações, sendo transmitidos oralmente de uma geração para outra, ao menos localmente.

Esse acervo constitui um patrimônio cultural e científico de grande relevância, que deve ser igualmente conservado (SAWYER, 2011, p. 372).

Nas propriedades também são encontradas espécies de uso econômico, como no caso da andiroba, onde os moradores fazem a seguinte descrição do manejo da espécie:

No caso da andiroba, só fazemos a colheita, então essas árvores, elas não, pelo menos a gente tem conhecimento que elas não são retiradas, delas só é retirado os frutos que caem lá no chão” (T. S. S, 45 anos, pesquisa de campo 2013).

Desse modo, através da literatura e dos dados coletados que podemos concluir o forte envolvimento dos moradores com as questões ambientais, ações que são traduzidas em seus modos de vida, em sua cultura e em sua educação, como formadores de cidadão consciente de seu papel quanto as questões ambientais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o processo de ocupação territorial em comunidade tradicionais na Amazônia nos remete a alguns questionamentos. Primeiramente pelo desafio em analisar os vários aspectos que compõem sua cultura, seus modos de vida, relações que os mesmo estabelecem com a natureza, desafios enfrentados numa conjuntura política e econômica em detrimentos do sistema capitalista, que gradativamente vem rompendo laços culturais milenares entre os membros que as compõe.

Com base na pesquisa, pode-se verificar que a comunidade Nossa Senhora do Rosário tem em sua base de existência mais de 100 anos de história, no entanto, é relativamente nova em relação à ocupação dos lotes pelos agricultores familiares (pouco mais de 20 anos), encontrando-se em um bom estágio de organização comunitária, sendo constituída em sua maioria por amazonenses, com forte herança cultural dos nordestinos e paraenses. Por ser uma comunidade tradicional em área de assentamento a maioria das propriedades estão no limite permitido para a derrubada de floresta primária (50% da área total), sendo a área de ação antrópica constituída pelas capoeiras e culturas anuais; O sistema produtivo de subsistência, a diversificação dos cultivos, e a integração da produção, são de fundamental importância para a estabilidade do produtor; As principais atividades econômicas geradoras de renda na propriedade são as culturas anuais (com ênfase para o abacaxi e a roça de mandioca), seguida pelo extrativismo dos Produtos Florestais não Madeireiros.

No entanto, apesar de todos os problemas que a comunidade enfrenta, principalmente pela falta de políticas públicas municipais voltadas para os agricultores e infraestrutura

comunitárias a que venha beneficiar a comunidade como: posto de saúde, estrada, escoamento da produção e principalmente com uma escola de qualidade que venha de encontro com as necessidades do colegiado local como a do entorno, a mesma se encontra em bom estágio de organização social, principalmente no quadro educacional, onde apesar da carência estrutural da escola, não impede que a mesma desenvolva com ênfase os trabalhos de Educação Ambiental, onde várias ações realizadas em parceria com a comunidade já foram desenvolvidas (redução de desmatamento, combate à pesca predatória com arrastões, reflorestamento com espécies nativas, etc).

Isso mostra um forte envolvimento social frente aos problemas socioambientais existentes, ações estas ganham apoio dos moradores e ao mesmo tempo criam alternativas, com forte reflexo em sua cultura, seu folclore e seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. 1.º vol.. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

BATALHA, C. C. G. **A percepção ambiental dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Rosário do Lago do Máximo**. PAIC (Programa de Apoio a Iniciação Científica/FAPEAM), PARINTINS, 2013.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão: Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural**. São Paulo: Nacional, 1956, p. 153.

CASTRO, Fábio de. **Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas**. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

CONCEIÇÃO, S. G. **Agricultura familiar e capitalismo; Desafios para a continuidade na Amazônia**. Mestranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed. Editora HUCITEC: São Paulo, 2001.

FAGGIONATO, Sandra (2011). **Percepção Ambiental**. Material de apoio – texto. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html. Acesso em: 23/08/2013.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

LOUREIRO, Violetta Reflalefsky. **A Amazônia no século XXI**. Novas fronteiras de desenvolvimento. São Paulo: Editor Empório do Livro, 2009.

MATOS, G. C. G. de. **Atividades corporais: uma estratégia de adaptação biocultural numa comunidade rural do Amazonas**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1996.

-----**Entre rios e florestas**: experiências de campo de um professor de Educação Física em ambiente amazônico. Brasília, v. 26, n. 89, p. 107-117, jan./jun. 2013.

NODA, S. N. et. Al. **O Trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas**. In: NODA, H.; Souza, L. A. G.; FONSECA, O. J. M. (Ed.). *Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido*. Manaus: Inpa, 1997, p. 270.

NOGUEIRA, C. S. P. **Distribuição espacial de uma população de *Carapa guianensis* aubl. em uma parcela permanente de floresta ombrófila densa na região de Parintins-AM**. Monografia apresentada ao curso de Engenharia Florestal da Universidade do Estado do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Engenheira Florestal. Itacoatiara, 2011.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental e a transversalidade na formação de professores: complexidade e desafios do mundo contemporâneo**. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 161-170, 2012.

SAWYER, Donald. **Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil**. In: SAUER, Sergio; ALEMIDA, Wellington (Org.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, C. M. M. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Manaus, 2009.

VAZ, Florêncio Almeida. **Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta**. Cultura Vozes. nº 2 março-abril, 1996.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 29.